



## **Políticas para Repositórios de Recursos Educacionais: uma análise das políticas dos repositórios públicos governamentais**

**Alessandra Delgado dos Santos<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo desenvolveu-se com base em um recorte da pesquisa da dissertação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (MPET) do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Enquanto objetivo, baseou-se na construção e na ampliação das políticas do Repositório para Educação Profissional e Tecnológica – ProEdu, havendo a representação do viés das análises dos repositórios que serviram de base à construção do produto educacional da dissertação. O tipo de pesquisa enquadra-se na estrutura bibliográfica e documental, de natureza básica, de abordagem exploratória e qualitativa. A pesquisa deu-se, em um primeiro momento, por meio da seleção e de análise dos repositórios, e, em um segundo momento, analisaram-se os documentos disponíveis em cada repositório acerca das políticas; por fim, pôde-se reunir, analisar e comparar os resultados obtidos. Dessa forma, a análise contribuiu para o estudo acerca das políticas presentes nos repositórios.

**Palavras-chave:** Repositórios de recursos educacionais. Usuários. ProEdu.

---

<sup>1</sup>d.santosalessandra@gmail.com - Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul

## ***Policies for Educational Resource Repositories: an analysis of government public repositories policies***

### **ABSTRACT**

*This article was developed based on a part of the dissertation research, linked to the Graduate Program in Education (MPET) of the Instituto Federal Sul-rio-grandense. In which it had its objectives based on the construction and expansion of the policies of the Repository for Professional and Technological Education - ProEdu. The bias of the analysis of the repositories that served as a basis for the construction of the educational product of the dissertation is represented here. Being a bibliographic and documentary research, of a basic nature, with an exploratory and qualitative approach. The research took place, at first, through the selection and analysis of the repositories, and in a second moment, the documents available in each repository about the policies were analyzed, finally, it was possible to gather, analyze and compare the results obtained. In this way, the analysis contributed to the study of the policies present in the repositories.*

**Keywords:** *educational resource repositories. users. ProEdu.*

Submetido em 12 de setembro de 2022.

Aceito para publicação em 12 de dezembro de 2022.

## **1 INTRODUÇÃO**

O movimento da ciência aberta trata-se de um conjunto de iniciativas que visam a promover o acesso livre às publicações, podendo ser dados de pesquisa, de metodologias, de códigos de softwares, entre outros. Essa prática de abertura está em consonância com a educação e suas práticas colaborativas no compartilhamento e na disponibilização dos saberes. Tais práticas ocasionam oportunidades de crescimento nas pesquisas científicas, além da disseminação da ciência como um todo. Além disso, a ciência aberta, por proporcionar esse contexto de efetivo compartilhamento e de construções colaborativas, necessita assim da formulação de políticas para que esses processos venham a se consolidar de forma segura (SHINTAKU; SALES, 2019). À medida que se compartilha a produção científica, como artigos, dissertações, também, compartilham-se recursos educacionais por meio dos repositórios digitais que podem servir de apoio tanto para o professor em busca de materiais para suas aulas quanto para os alunos que buscam formas de complementar seus estudos, além da comunidade acadêmica em geral.

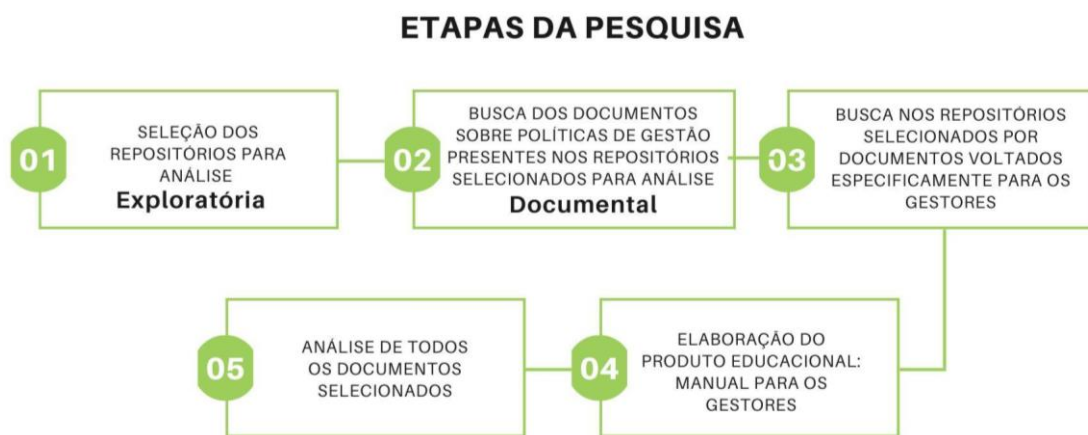
O compartilhamento desses materiais implica diretamente nas políticas institucionais e autorais. Observando os repositórios que abrigam esses recursos, não se contemplam, de forma completa, as instruções acerca das políticas ou das diretrizes de/para a gestão e, quando existem, há ausência de clareza. Falar sobre política é importante, pois as mesmas protegem os direitos institucionais e autorais, além dos interesses públicos àquelas pesquisas que recebem recursos públicos na esfera institucional. Ter as políticas estabelecidas para os recursos educacionais e os repositórios digitais consiste em um meio de proteger, em um nível macro, os interesses dos órgãos públicos que fomentaram a produção desses materiais a partir das instituições públicas a eles atreladas. (SANTOS; RIBEIRO, 2021). Dessa forma, buscou-se saber em que nível tais políticas de gestão dos Repositórios de Recursos Educacionais Públicos Nacionais estão estabelecidas e publicizadas para atender essa demanda.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa parte de uma dissertação que objetivou delinear as políticas de uso do Repositório ProEdu aos Gestores Institucionais e construir um produto educacional,

que consistiu em um *Manual de gestores institucionais: organização para o processo de cadastramento no ProEdu*. No entanto, este artigo não terá o Manual como finalidade, mas sim discutir os resultados obtidos na pesquisa realizada nas páginas dos repositórios selecionados. Sendo assim, foi necessário passar por várias etapas a fim de analisar um nicho selecionado de repositórios com a finalidade de ponderar quais políticas constavam em suas páginas. Dessa forma, a pesquisa respeitou as seguintes etapas apresentadas na Figura 1:

**Figura 1 - Etapas da pesquisa**



**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Inicialmente, selecionaram-se os repositórios que fariam parte da análise, optando-se pelo método de analisar os repositórios de recursos educacionais vinculados ao governo federal, o que ocasionou a análise de seis repositórios: Ares Unasus, Portal do Professor, BIOE, Mec Red, EduCAPES e o ProEdu. Na próxima etapa, fez-se necessário verificar, nas páginas dos repositórios, o que vinha sendo discutido acerca de políticas de gestão. Para concluir essa etapa, realizou-se uma pesquisa documental na página web dos repositórios objetos deste estudo. A intenção de construir um mapeamento das informações contidas neles para ser possível uma visão mais ampla das informações. A etapa seguinte foi verificar, em cada repositório, a existência ou a inexistência de disponibilização de qualquer tipo de material voltado especificamente aos gestores institucionais, e, após essa verificação, deu-se a reunião de todos os materiais disponíveis nos repositórios selecionados e que foram coletados para que, ao serem separados por características comuns, fosse viável compará-

los.

Enquanto características científicas, este estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa de natureza básica devido ao fato de que serão gerados novos conhecimentos que podem se tornar úteis ao avanço da ciência (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto aos objetivos se refere a uma pesquisa exploratória visto que se busca a ampliação dos conhecimentos sobre a referida temática. Gil (2017, p. 26) explica que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

No que se refere aos procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Pode ser considerada bibliográfica porque foi desenvolvida por meio de materiais já elaborados, tais como artigos científicos, dissertações, teses e livros. É considerada documental por se valer de materiais os quais podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Por fim, esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Sobre isso, Minayo (2001, p. 14) explica que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Infere-se que a base das pesquisas qualitativas busca aprofundar os conhecimentos e contribuir, gerando novas informações, a partir das quais podem ser quantificados. Além disso, possibilita a visualização do cenário em que o tema da pesquisa está inserido e observando essas informações e conceitos. É possível construir novos olhares sobre o estudo, ocasionando a geração de novas contribuições.

### **3 ACESSO ABERTO, EDUCAÇÃO ABERTA E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REAS)**

O movimento de abertura da produção científica, conhecido como Acesso Aberto (*Open Access*), com início na década de 90, defende o acesso de forma livre às produções científicas. Parte-se da ideia de que tudo que é produzido com fontes de fomento públicas deve ser acessado sem limitações. Tratando-se de um movimento de caráter internacional,

o acesso aberto idealiza a disponibilização, sem barreiras financeiras, da produção científica de maneira livre, possibilitando aos usuários a leitura dos documentos, a realização de downloads, a distribuição e a indexação em outros locais desejáveis, logicamente por meio dos preceitos legais, em que há a necessidade da atribuição dos créditos autorais (KURAMOTO, 2006). Sabendo disso, o contexto da educação aberta influencia e é influenciado pela filosofia do acesso aberto. Dessa forma, torna-se importante discutir alguns de seus conceitos, pois misturam-se com os recursos educacionais abertos e as políticas.

A Educação Aberta (EA) incentiva as práticas de uso e de compartilhamento de recursos de forma aberta, partindo do princípio de que a educação se constitui por inúmeros contextos, e muitos deles reforçam a importância da pluralidade de configurações de ensino e de aprendizagem ao longo da vida. Acredita-se que, por meio da abertura de recursos, é possível oferecer uma forma de acesso à educação mais igualitária de modo que a utilização de tais subsídios possam servir de incentivo ao desenvolvimento de práticas colaborativas (AMIEL, 2012). A Iniciativa Educação Aberta define educação aberta como:

Movimento histórico que busca atualizar princípios da educação progressista na cultura digital. Promove a equidade, a inclusão e a qualidade através de práticas pedagógicas abertas apoiadas na liberdade de criar, usar, combinar, alterar e redistribuir recursos educacionais de forma colaborativa. Incorpora tecnologias e formatos abertos. Nesse contexto, prioriza a proteção dos direitos digitais incluindo o acesso à informação, a liberdade de expressão e o direito à privacidade (FURTADO; AMIEL, 2019).

Os autores Sebriam, Makrum e Gonsales (2017) destacam as práticas pedagógicas, ambientes abertos e recursos educacionais abertos como práticas que possibilitam o aumento na aprendizagem em diversos contextos, além de oportunizar o acesso à cultura e ao conhecimento. Sendo assim, os repositórios educacionais digitais destacam-se como ambientes abertos estritamente ligados a uma educação aberta e colaborativa de modo a oportunizar o acesso a matérias como os recursos tecnológicos visando oportunizar uma emancipação e autonomia do aprendente (SILVA; CAFÉ; CATAPAN, 2010).

Consideram-se os recursos educacionais abertos enquanto materiais voltados ao

ensino, à aprendizagem ou à pesquisa. Assim, por serem abertos, são de domínio público ou uma licença lhes é atribuída. Quando se fala em REA, a produção de conteúdos em benefício comum é a ideia norteadora de modo que se busque uma educação menos excludente. O compartilhamento desses materiais pode acontecer de maneira totalmente livre ou na atribuição de licenças com poucas restrições de direitos autorais (ZANIN, 2017).

Além disso, no que se refere às normativas já estabelecidas, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) da CAPES, no que tange aos Recursos Educacionais Abertos, orienta acerca do incentivo ao licenciamento de materiais elaborados pelos estudantes. Outros documentos como a Declaração REA de Paris do ano de 2012; Portaria MEC 451/2018 em seu art. 7º; Portaria da CAPES nº 183, de 21/10/2016; Ofício Circular da CAPES nº 28/2017; orientam e estabelecem a obrigatoriedade de recursos procedentes das instituições públicas vinculadas a UAB sejam disponibilizados em licenças abertas e aqueles providos de editais UAB devem ser depositados em um espaço central, o SisUAB. Vale destacar que é possível concluir que existem instruções voltadas especificamente aos recursos educacionais abertos produzidos em instituições públicas. No entanto, tais informações estão descentralizadas e com acesso restrito. Isso pode ocasionar uma sensação de inexistência. Na próxima seção, serão apresentados os diversos perfis de usuários que um repositório pode possuir, bem como o detalhamento de como as políticas refletem sobre cada um deles.

#### **4 USUÁRIOS DO REPOSITÓRIO DIGITAL**

Com o crescimento da produção de materiais de apoio ao ensino e à aprendizagem nas instituições, como os recursos educacionais, houve a necessidade de uma ferramenta capaz de abrigar e de disponibilizar esses materiais e, ainda, que possibilitasse o seu gerenciamento reunido em um só local. Sendo assim, os Repositórios de recursos educacionais otimizam o armazenamento e permitem a localização, por meio de pesquisa, desses materiais neles armazenados (MENDES, 2018). O processo que os repositórios seguem respeita um ciclo de procedimentos pré-estabelecidos, sendo eles a classificação dos materiais nos repositórios, sua descrição, a revisão, dentre outros, até serem finalmente

disponibilizados ao acesso ao público. Cumprir esses processos e disponibilizar tais materiais evitam um ciclo de gastos financeiros desnecessários aplicados na repetição do trabalho, otimizando o uso do tempo e esforços dentro das instituições (PÖTTKER, 2017).

Mas também é importante saber, além da finalidade de um repositório, que o público no qual realiza o acesso é composto por mais de um tipo de usuários. Segundo o Modelo OAI (CCSDS, 2012), os principais papéis dos usuários de um repositório são: **produtor** – aquele que desenvolve recursos para serem disponibilizados, compartilhados e preservados pelo repositório; **gestor** – define as políticas em um domínio mais amplo, como parte de uma organização, ou até para a comunidade científica especificamente; **consumidor** – aquele que busca a interação com o repositório por meio da obtenção de recursos digitais de acordo com seus interesses em particular. Sendo assim, as pesquisas realizadas nas páginas dos repositórios - apresentadas na seção 4 - evidenciaram ainda mais a existência da diversidade de papéis que fazem uso de repositórios de recursos educacionais. Dessa forma, tendo como base os repositórios analisados, juntamente com o apoio da equipe de desenvolvimento do ProEdu, foi possível elencar três perfis de acesso apresentados na Figura 2.

**Figura 2 – Perfis de usuário e utilização dos Manuais e Guia**





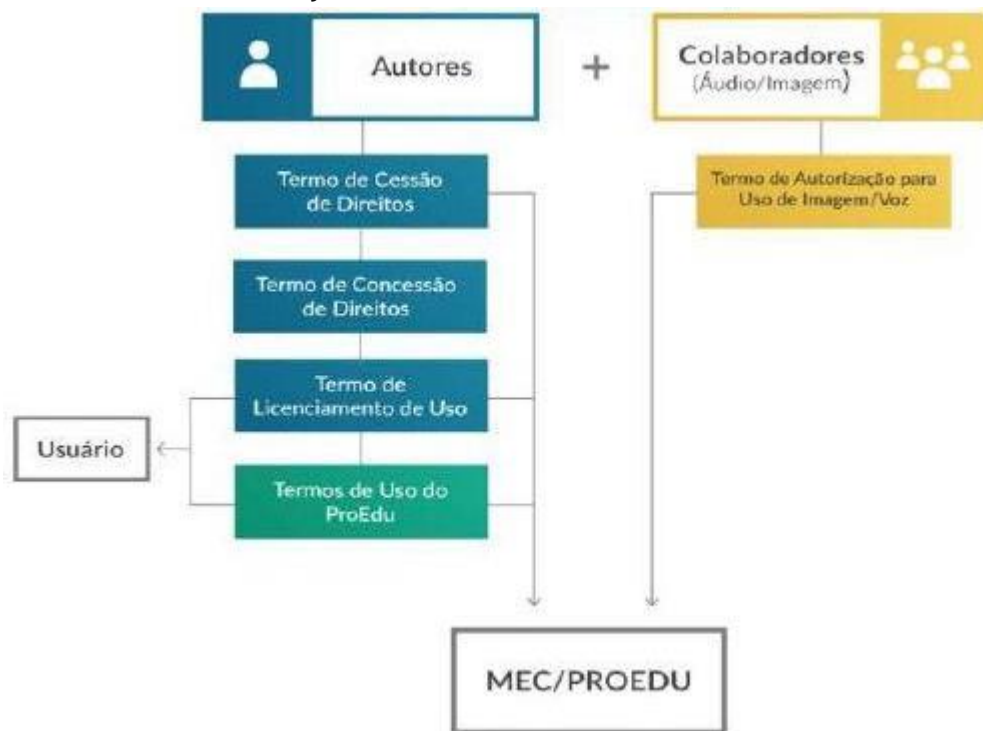
**Fonte: Guia do Usuário ProEdu.**

Os grupo de usuários se dividem em: **Usuário final**, aquele que se torna geral se torna o mais comum, trata-se de quem faz uso do repositório para utilizar os materiais nele armazenados; o **Autor**, perfil que permite a realização de depósito de recursos no repositório e ainda atua como usuário final; por último, o **Gestor**, perfil que trabalha ativamente com a parte mais burocrática que antecede as rotinas de cadastramento. O gestor pode acessar e fazer depósitos de materiais no repositório, faz o controle dos termos de licenciamento, uso e cessão/concessão, coleta as assinaturas necessárias, supervisiona as equipes que realizam o depósito no repositório.

Sabendo que as pessoas as quais fazem uso de um repositório possuem diversos perfis e o utilizam para diferentes finalidades, torna-se importante ter as políticas de gestão organizadas e publicadas em suas páginas de modo que tais conteúdos respeitem a densidade informacional necessária para cada usuário em potencial. Sendo assim, a análise realizada nos repositórios: ProEdu, Ares Unasus, EduCAPES, Mec Red, Portal do Professor e BIOE possibilitaram a verificação de como as informações a respeito das

políticas estão disponibilizadas e, a partir disso, estabelecer quais informações e fatores deveriam estar presentes em seus termos. Isso possibilitou a definição dos usuários aos quais se destinam os documentos, e quais deles se precedia a assinatura de autores e de colaboradores (RELATÓRIO..., 2019). A figura 3 elucida para quem se destina os documentos.

**Figura 3 – Perfis de usuário e utilização dos Manuais e Guia**



**Fonte:** Elaborado pela equipe do ProEdu.

Conforme se observa na Figura 3, a elaboração dos quatro termos de licenciamento: **Termo de Cessão de Direitos Autorais; Termo de Concessão de Direitos Autorais; Termo de Licenciamento de Uso; Termo de Autorização para Uso de Imagem, Voz e Apresentação** possuem as finalidades abaixo mencionadas.

O **Termo de Cessão de Direitos autorais** formaliza que o autor vem a ceder ao MEC os direitos patrimoniais da obra e de publicação no ProEdu, sob caráter total, permanente e exclusivo. Quanto ao **Termo de Concessão de Direitos Autorais**, o autor também vem a ceder, mas de caráter não exclusivo, parcial. No que diz respeito ao **Termo de Licenciamento de Uso**, é que ele deve ser preenchido pelo autor e assim conceder uma autorização para que seu material seja disponibilizado no repositório, sendo livre para o

autor licenciar o seu recurso da forma com que deseja. No que diz respeito à proteção do repositório e dos participantes de recursos educacionais, aqueles que aparecem em vídeos de outros indivíduos além do autor, o **Termo de Autorização para Uso de Imagem, Voz e Apresentação** busca protegê-los, por meio da comprovação de autorização da reprodução, disponibilização e apresentação de forma pública daquele recurso (SANTOS; RIBEIRO, 2021).

Além dos termos descritos, em busca de orientação aos usuários de maneira mais satisfatória, desenvolveram-se mais materiais como os guias e os manuais, sendo eles: **Licenças de Uso do Conteúdo; Guia do Usuário do ProEdu; Manual de Cadastramento de Recursos no ProEdu; Manual dos Gestores Institucionais do ProEdu**. O guia sobre Licenças de Uso do Conteúdo trata-se de um material orientativo, no qual se informa aos usuários as variações de licenças existentes. Tal documento se torna significativo para os autores optarem por escolhas de licenciamento mais conscientes. Já o **Guia do Usuário do ProEdu**, como o próprio nome já sugere, orienta os usuários do repositório em como realizar atividades com a busca e a recuperação dos recursos, juntamente com as orientações de uso baseadas nos termos e nas condições que foram estabelecidos para aqueles recursos. O **Manual de Cadastramento de Recursos no ProEdu** orienta os depositantes acerca da descrição e do preenchimento dos metadados de forma correta. Por fim, o **Manual dos Gestores Institucionais do ProEdu** voltado para orientar os gestores institucionais a respeito das suas atribuições no desenvolvimento das rotinas que envolvem o depósito de materiais. Por fim, o **Termo de Uso do Repositório ProEdu** estabelece de que forma os recursos, que foram Cedidos ou Concedidos, podem ser utilizados (SANTOS; RIBEIRO, 2021).

Portanto, essa seção visou a elucidar os tipos de usuários em potencial de um repositório para que fosse possível a visualização mais clara das necessidades eminentes da estruturação e da definição das políticas voltadas aos repositórios de recursos educacionais, bem como o cuidado na produção dessas informações de forma que atendam individualmente a cada perfil de usuário. Os procedimentos expostos podem ser adotados por outros repositórios como boas práticas. A próxima seção apresenta a análise

dos repositórios selecionados à pesquisa e aos seus resultados.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a página do Repositório **eduCAPES**<sup>1</sup>, pode-se constatar que o mesmo foi criado a partir da necessidade de compartilhar e de disseminar os materiais educacionais oriundos dos cursos ofertados por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O portal do eduCAPES foi desenvolvido pela Diretoria de Educação a distância (DED/CAPES) e conta com objetos educacionais abertos, podendo como textos, videoaulas, imagens, dentre outros, que oferecem suporte à educação básica até a pós-graduação. O acesso aos materiais acontece de forma híbrida, ou seja, de modo síncrono, oportunizando o acesso a repositórios parceiros, oferecendo acesso à ferramenta de busca para retornar os materiais que se encontram hospedados no próprio portal. (EDUCAPES, 2020 [documento eletrônico]). É importante destacar que, embora possua orientação em sua página aos usuários acerca de como fazer as buscas dentro do repositório e de submeter materiais, o eduCAPES não disponibiliza orientações de forma estruturada e também não apresenta documentos orientativos para download.

O **Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES)**<sup>2</sup> abriga e permite o compartilhamento dos materiais provenientes das instituições da Rede UNA-SUS para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de trabalhadores voltados à área da saúde. Sendo essas instituições de competência da área da saúde, validam-se e aprovam-se pelo Ministério da Saúde. O ARES está alinhado aos princípios do acesso aberto, permitindo que qualquer usuário ao acessar o portal possa fazer download, copiar, distribuir e reutilizar os recursos educacionais (UNA-SUS, 2020, documento eletrônico).

Além de disponibilizar os materiais e de fomentar a disseminação dos trabalhos nele indexados, o ARES trata-se de uma ferramenta com grande ênfase nos processos de apoio à prática em saúde e ao ensino e à aprendizagem, pois: amplia as oportunidades de aprendizado e qualificação em saúde; potencializa a construção coletiva e a troca de conhecimento; contribui para a diminuição de gastos de produção de material para cursos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/>

e amplia a visibilidade de autores e instituições de ensino. A política de acesso aberto aos recursos educacionais do ARES permite que os mesmos sejam reutilizados tanto nas práticas profissionais quanto nos estudos, viabilizando assim o acesso democrático ao conhecimento, oportunizando uma produção coletiva (UNA-SUS, 2020, documento eletrônico). No que tange a sua documentação, o ARES disponibiliza materiais de forma estruturada e possibilita o *download*. Tais materiais orientam acerca dos processos que tal repositório adota como padrão como: Política do Acervo em Recursos Educacionais em Saúde; Manual de descrição e preenchimento de metadados ARES; Política de Acesso Aberto da UNA-SUS; Termos de uso do ARES.

A **Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais (MEC RED<sup>3</sup>)** foi desenvolvida pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professoras(es) da Educação Básica de todo o Brasil (PLATAFORMA MEC RED, 2020, documento eletrônico). É possível acessar diversos recursos externos ao repositório por meio de links, pois a plataforma permite o acesso a portais parceiros como o Portal do Professor, TV escola, Portal do Domínio público, Banco Internacional de Objetos Educacionais, dentre outros. Quando a documentação, é especificado nos Termos de uso que “Todos os conteúdos depositados na Plataforma Integrada de RED do MEC têm uma licença livre e são considerados Recursos Educacionais Abertos” (PLATAFORMA MEC RED, 2020, documento eletrônico). As informações coletadas estão disponibilizadas diretamente no site, não fornecendo esses materiais para download.

O **Portal do Professor<sup>4</sup>** foi lançado em 2008 por meio de uma parceria como o Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo objetivo principal consiste em apoiar os processos no tocante à formação de professores brasileiros, sendo um espaço público. Fomenta assim, a classe de professores, o compartilhamento e as discussões acerca de questões que permeiam o trabalho docente. Mantém-se estruturado em seis grandes áreas: Espaço da Aula; Jornal; Multimídia (Recursos Educacionais); Cursos e Materiais; Colaboração;

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

Links.

O **Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE<sup>5</sup>)** foi criado, pelo Ministério da Educação (MEC), com parcerias como Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Rede Latino-americana de Portais Educacionais (RELPE), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e algumas universidades brasileiras também estavam envolvidas, dentre elas, a Universidade de Brasília (UnB) (BIOE, 2017 [documento eletrônico]). Permite o acesso, a utilização e a submissão a qualquer usuário no mundo organizado com base em um processo colaborativo (AFONSO; EIRÃO; MELO; ASSUNÇÃO; LEITE, 2011). O BIOE mantém-se firmado no propósito de compartilhar recursos educacionais de maneira livre, contando com os mais diversos formatos como áudios, vídeos, animações, simulações, softwares educacionais, mapas, imagens. É importante relatar que, durante a realização dessa pesquisa, o BIOE passou por mudanças na sua interface, mas não disponibiliza documentos orientativos para download como: termos e políticas. É disponibilizado materiais voltados à orientação aos usuários, normativas para catalogação e validação dos materiais que serão depositados e um manual para o preenchimento de metadados.

O **Repositório para Educação Profissional e Tecnológica - ProEdu<sup>6</sup>** abriga objetos educacionais da Rede de Educação Profissional e Tecnológica vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. Sua criação teve como motivação inicial abrigar os materiais que eram produzidos para a Rede e-Tec de forma a vir socializar o que estava sendo produzido com financiamento público. Teve seu lançamento no ano de 2016 em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Visconde da Graça (IFSul/CaVG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Campus Maracanaú (IFCE/Maracanaú), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (RELATÓRIO..., 2017). Importante ressaltar que, desde 2008, o governo federal investe em iniciativas para beneficiar o acesso à educação superior e técnica de nível médio na modalidade de Educação à distância (EAD).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>

<sup>6</sup> Disponível em: <http://proedu.rnp.br/page/about>

Sendo a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Rede e-Tec Brasil beneficiadas com apoio financeiro para tornar possível a produção de materiais como: vídeos, simulações, imagens, livros, textos, entre outros. Havendo tais materiais produzidos, o desafio de disponibilizá-los para acesso em repositórios públicos já existentes não era efetivo. Visto que não comportavam de maneira satisfatória a demanda e especificidades da educação profissional e tecnológica. Levando essas questões em consideração foi projetado o ProEdu, para atender as necessidades específicas das instituições públicas que trabalham com a modalidade EaD. (COMARELLA *et al.*, 2018).

Conforme mencionado na metodologia, este artigo advém de uma dissertação a partir da qual se produziu o produto educacional “Manual de gestores institucionais: organização para o processo de cadastramento no ProEdu<sup>7</sup>”, que pode ser consultado no acervo de documentos relacionados às políticas do ProEdu na página do repositório. A análise desses repositórios apresentados utilizou-se como base para a construção de Manuais e Políticas de Uso do repositório. Sendo assim, elaboraram-se os termos de licenciamento<sup>8</sup>: Termo de Cessão de Direitos Autorais; Termo de Concessão de Direitos Autorais; Termo de Licenciamento de Uso; e o Termo de Autorização para Uso de Imagem, Voz e Apresentação. Além desses materiais, foram também criados guias e manuais, tais como: Licenças de Uso do Conteúdo; Guia do Usuário do ProEdu<sup>9</sup>; Manual de Cadastramento de Recursos no ProEdu<sup>10</sup>; e o Manual dos Gestores Institucionais do ProEdu. Todos estes documentos citados são oriundos das pesquisas realizadas pela equipe do ProEdu (SANTOS; RIBEIRO, 2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou selecionar e analisar os repositórios de recursos educacionais, vinculados ao governo federal: Ares Unasus, Portal do Professor, BIOE, Mec

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://proedu.rnp.br/themes/Mirage2/documents/manual-gestores.pdf>

<sup>8</sup> Disponíveis em: <http://proedu.rnp.br/page/terms>

<sup>9</sup> Disponível em: <http://proedu.rnp.br/themes/Mirage2/documents/guia-usuario.pdf>

<sup>10</sup> Disponível em: <http://proedu.rnp.br/themes/Mirage2/documents/manual-direito-autoral.pdf>

Red, EduCAPES e o ProEdu. Buscaram-se, em suas páginas, as informações acerca de orientações sobre as políticas de uso dos recursos e dos repositórios. Além disso, observou-se, igualmente, maneira como cada repositório se organizava, quais seções os constituíam e como eram classificadas as informações. Após essa primeira parte da pesquisa, agruparam-se os documentos disponibilizados nas páginas dos repositórios para que fosse possível analisá-los e compará-los. Como base para análise dos repositórios, além dos materiais disponíveis nas plataformas, também se utilizou como referência nas análises comparativas diversos materiais, tais como: Manual de Direitos Autorais, Acesso Aberto e Repositório Institucional da Política Institucional de Acesso Aberto ao Conhecimento da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Documento Técnico Contendo Análise de Lei de Direitos Autorais Brasileira de Sérgio Vieira Branco Júnior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Ministério da Educação (MEC); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); Manual de direitos autorais, da Secretária-geral de Administração Tribunal de Contas da União (TCU), dentre outros. (SANTOS; RIBEIRO, 2021).

A partir da análise dos documentos se mostrou possível destacar algumas fragilidades: a diversidade de nomenclatura que os documentos e os itens em que neles são detalhados recebem. Quando se trata de termos que abordam sobre o direito moral/patrimonial do objeto educacional os nomes variam como “Termo de Cessão” e “Contrato de cessão de direitos autorais”, por exemplo. O conteúdo trabalhado em ambos os termos fala das questões burocráticas de cunho autoral, que estão relacionadas entre autores e repositórios. Outro exemplo interessante diz respeito ao "Termo de licenciamento de uso" ser tratado no documento da Capes como "Termo de licença de direitos autorais". Essa dubiedade de nomenclaturas ocasiona um ruído nas informações. Observou-se que pluralidade de nomenclaturas contribui para informações ambíguas, e a falta de homogeneidade com os documentos pode acarretar uma diversidade de interpretações. Tal complexidade é compreensível visto que as funções de cada documento/termo são separadas por uma linha tênue. Os termos como o de “uso dos



materiais”, de “uso do repositório” e de “direitos autorais”, ainda, necessitam de esclarecimentos mais pontuais (ZANIN, 2017).

Pode-se identificar, também, a necessidade de equilibrar as informações de cada documento de acordo com o seu usuário final visto que grande parte dos documentos apresenta uma falta de equilíbrio na proporção de informação em cada documento, podendo ser destacado que não se respeitou uma certa “hierarquia” da informação que se faz necessária. Pode-se destacar dentro de cada repositório mais de um perfil de usuário e, dessa forma, é importante pensar em que informações são cabíveis para cada tipo. Alguns documentos estão estruturados de maneira muito complexa para autores, contendo excesso de informação e de linguajar técnico. É possível exemplificar essa questão por meio dos documentos quando tratam a respeito da atribuição de licenças aos recursos, sendo eles sobrecarregados de informações que explicam cada uma das licenças existentes. Acredita-se na importância da definição das licenças, mas em documentos separados. Sendo um documento para tratar da definição acerca das licenças, que permitiria uma melhor compreensão dos autores e, desse modo, possibilitaria a escolha e a atribuição da licença desejada para seu recurso.

Importante discutir a hierarquia da informação na estruturação dos documentos de um repositório, pois possuem perfis de usuários diferentes. Certamente o usuário final não precisa passar pelas informações complexas como as de cessão de direitos autorais. O usuário final necessita saber que tipo de licença o recurso escolhido por ele se encontra disponível, para que possa fazer um uso permitido dele. Entretanto, os usuários com perfil de autores necessitam de informações mais densas para o preenchimento dos seus termos e para determinar as licenças de seus recursos. Da mesma forma que os direitos de uso do repositório destinam-se para um público mais amplo, sendo um meio de segurança para o próprio repositório.

Além disso, é oportuno salientar, ainda, que o termo de licenciamento de uso é tratado em alguns documentos como termo de licença de direitos autorais. Nesse sentido, pode ocasionar dúvidas, já que os direitos de uso tratam das licenças atribuídas aos recursos educacionais e aos direitos autorais tratam dos acordos de cessão e concessão

dos recursos educacionais digitais. Outro ponto importante observado nos documentos disponíveis nos repositórios trata acerca de questões que envolvem recursos financeiros. Existe a presença de cláusulas que abordam a exploração econômica dos recursos, as quais são sucintas e pouco claras. Dessa forma, o ruído ou a pobreza informacional dificulta a compreensão documental, o que pode gerar ainda mais custos, além de não otimizar os processos burocráticos. Não obstante, a falta de detalhamento e de adequação da exploração econômica dos recursos educacionais pode não ser apropriada para a maioria das instituições, principalmente quando se trata de instituições públicas.

Por fim, sabe-se que a estruturação de uma política para os gestores institucionais é de suma importância aos repositórios digitais, principalmente com a popularização do movimento do acesso aberto aos recursos educacionais, o que acentuou essa discussão. Dessa forma, o estímulo de uso e produção de materiais abertos vem por meio de orientações claras e estruturadas para os usuários para que eles possam fazer escolhas conscientes (TOMAÉL; SILVA, 2007; ZANIN, 2007). Conclui-se que a análise acerca das políticas existentes nos repositórios possibilitou a constatação de que existem normativas estruturadas no tocante a obrigatoriedade da produção de recursos licenciados de forma aberta quando financiados por recurso público, além da falta de uniformidade nas informações contidas nos repositórios analisados. Importa ressaltar que houve dificuldade em encontrar as informações quando se tratava de instruções normativas ou de legislação específica para repositórios de recursos educacionais ou para os recursos, fossem eles abertos ou não.

O desenvolvimento de Manuais, Termos e a explicitação dessas políticas em repositórios como o ProEDU trazem uma contribuição significativa para um melhor compartilhamento dos REAs e a expansão da cultura e do movimento da educação aberta no país.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. C. L. *et al.* Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): tratamento da informação em um repositório educacional digital. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 148-158, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/09.pdf>. Acesso em: 16 jan. de 2019.

AMIEL, T. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. L. (org.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. 1. ed. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. p. 17-33. Disponível em: <https://www.aberta.org.br/livrorea/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>. Acesso em 16 abr. 2021.

BIOE. **BANCO INTERNACIONAL DE OBJETOS EDUCACIONAIS**. Institucional. [S. l.: MEC], 2017. Disponível em: <http://objetoseducacionais.mec.gov.br/#/institucional>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016a. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). **Diário Oficial da União**, Seção 1.

BRASIL. Ministério Da Educação. Portaria nº 451, 16 de maio de 2018. **Define critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação**. Diário Oficial da União, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede profissional e tecnológica. Repositório para a Educação Profissional e Tecnológica. **Guia do usuário do ProEdu**. Responsabilidade técnica: Catarina de Quevedo Prestes de Carvalho, Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho, Rafael Port da Rocha. Pelotas: IFSUL, 2020. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/themes/Mirage2/documents/guia-usuario.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

CAPES. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Ofício Circular nº 28/2017**. Brasília, 28 ago. 2017.

CCSDS. Consultative Committee for Space Data Systems. **Reference model for an Open Archival Information System (OAIS)**: Recommended Practice CCSDS 650.0-M-2 - Magenta Book. Washington:

National Aeronautics and Space Administration, 2012. Disponível em: <https://public.ccsds.org/Pubs/650x0m2.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020

COMARELLA, R. L. *et al* Metadados para o repositório da rede E-Tec Brasil. **Em Rede**, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 86-100, jan. 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/282/301>. Acesso em: 24 maio. 2021.

DECLARAÇÃO REA DE PARIS. In: **Congresso Mundial sobre REA**. Paris: Unesco, 2012. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese\\_Declaration.html](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html). Acesso em: 12 dez. 2019.

EDUCAPES. **O que é eduCAPES?** [S. l.: CAPES], 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/redirect?action=about>. Acesso em: 16 ago. 2021

FURTADO, D.; AMIEL, T. Guia de bolso da educação aberta. **Iniciativa Educação Aberta**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/564609>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONSALES, Priscila; SEBRIAM, Débora; MARKUN, Pedro. Como implementar uma política de educação aberta. São Paulo: **Cereja**, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/educadigital/docs/guia\\_rea\\_online\\_para\\_issuu](https://issuu.com/educadigital/docs/guia_rea_online_para_issuu). Acesso em: 14 jun. 2021.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, L. F. S. **Customização da interface do dspace para categorias de usuário do Repositório ProEdu da Rede Federal**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Tecnologia) - Instituto Federal Sul-rio grandense, Pelotas, 2018.

PLATAFORMA MEC RED. **Termos de uso**. [S. l.: MEC], 2017. Disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/termos-de-uso>. Acesso em: 27 out. 2020.

PLATAFORMA MEC RED. **Um pouco da história**. [S. l.: MEC], [2020]. Disponível em: <https://plataformaintegrada.mec.gov.br/sobre>. Acesso em: 13 set. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo; Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/4448ch>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PÖTTKER, L. M. V. **Arquitetura para recuperação de objetos de aprendizagem: uma abordagem baseada em agentes inteligentes e relevance feedback**. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150090>. Acesso em: 19 set. 2019.

RELATÓRIO executivo do projeto de extensão: Repositório de Objetos de Aprendizagem para a Rede e-Tec Brasil. Florianópolis: [UFSC], 2017.

RELATÓRIO executivo Projeto Repositório de Objetos Educacionais para a Rede EPT – ProEdu – Fase 2. [S. l.: s. n.], [2019].

SANTOS, A. D. dos; RIBEIRO, L. O. M. (Orient.). **Diretrizes para gestores institucionais do repositório para educação profissional e tecnológica proedu**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) - Instituto Federal Sul-rio-grandense, Pelotas, 2021.

SHINTAKU, M.; SALES, L. (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso em: 12 jan.

2022.

UNA-SUS. **Universidade Aberta do SUS**. Sobre o ARES. [S. l.: s. n.], [2020]. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/ares/pages/about-ares.jsp>. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, E. L.; CAFE, L.; CATAPAN, A. H. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8. 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/178608>. Acesso em: 13 jan. 2020.